
Migração e Violência - O Caso da Pré-Amazônia Maranhense

Regina Sader*

Introdução

Ao efetuar a pesquisa sobre *Espaço e Luta dos Posseiros do Bico do Papagaio*, área situada no Extremo-Norte de Goiás e Oeste do município de Imperatriz do Maranhão, chamaram-me a atenção as características do movimento migratório de boa parte dos habitantes da área.

A história desse movimento implicou, para a grande maioria, numa sucessão de expulsões evidentes ou disfarçadas das terras que ocupavam ou que foram ocupando ao longo de suas vidas, como se depreende das entrevistas efetuadas junto aos lavradores. O significado da migração pode ser buscado na luta desse campesinato pela manutenção de sua identidade e de sua reprodução enquanto produtor direto, conservando traços importantes de um sistema de cultura, hoje em vias de desaparecimento pela privatização crescente das terras nas áreas ditas de "fronteira agrícola".

As formas de luta desenvolvidas nas áreas de origem e nas novas áreas ocupadas são extremamente variadas e vão desde um enfrentamento aberto, onde a violência camponesa se faz presente, seja como reação à violência maior praticada pelos grileiros, seja como resultado de uma ideologia difundida no seio da sociedade em relação à questão indígena, até formas rituais de traços culturais, passando pelo ideário popular.

A necessidade de compreender melhor a migração me faz, no momento, remontar o trajeto das populações camponesas do Bico do

* Prof.^o do Depto. de Geografia da F.F.L.CH-USP.

Papagaio, buscando nos que permaneceram em áreas de expulsão, a memória dos tempos recentes, numa tentativa de recuperação de uma história camponesa. Por isso, atualmente, meu trabalho se desenvolve no Vale do Pindaré no Maranhão de onde partiram sucessivas levas em direção às áreas livres recobertas pela floresta úmida das margens do Tocantins, do Araguaia, e do Sul do Pará.

Características

Quando leio o que escreve Blanchot (Blanchot, M.: 1969): "...é necessário, em todos os tempos, estar pronto a se colocar em marcha, porque sair é a exigência à qual não se pode fugir se se quer manter a possibilidade de uma relação de justiça (...)" eu me remeto aos camponeses do Bico que entrevistei:

"Nóis vinha de São Pedro do Ramo, o último povoado de Caxias (...), então nóis vinha de péis, buscando lugar livre onde não tinha terra de sujeição porque meu pai era piauiense, ele já vinha assim escapulindo de terra de agregacia, entende? (...)"¹¹

"Nasci no Piauí, com 17 anos fui pra S. Domingos do Zé Feio. Depois fui pra Beira do Mearim, Santa Vitória, Pindaré. Depois fui pro Caldeirão, Jatobá; daí pra Grajaú, depois pro Puliquero (...). Nos últimos 26 anos mudei 54 vezes. Sempre trabalhei em terra liberta, até que, faz quatro anos agora, que fiquei de agregado. Fazia 5 anos que estava no Cacheado quando o João Mineiro tocou fogo nas trinta linha de mandioca minha (...)." ¹²

São vários os exemplos, mas o que permeia as entrevistas das quais escolhi apenas duas, é a busca da "terra liberta", "lugar livre", e a fuga de "terra de agregacia", "terra de dono". O oposto à liberdade, trabalho livre, é o trabalho de meiação, arrendo, parceria, entendidos pelos entrevistados como "trabalhar sujeito", trabalho de "sujeição".

Entrevista realizada em Viração, povoado do município de Imperatriz, Agosto 1984.

Entrevista realizada no povoado de Sampaio, município de Augustinópolis, Junho 1983.

O sistema de cultivo, no qual se baseia toda a organização interna desse campesinato, implica na prática de uma agricultura com pousio. Há necessidade de uma organização comunitária para que ele seja possível. É preciso determinar qual a porção do terreno que será cultivada, qual permanecerá intocada com a reserva de mata, e qual será deixada em repouso para a recuperação do solo, em comum acordo com os membros da comunidade camponesa. Os pousios são longos de 5 a 7 anos, daí ser imperiosa a abundância de terras, pois para cultivar 20 ha, uma família camponesa necessita pelo menos 60 ha disponíveis. A organização do grupo leva a uma produção do espaço que lhe é peculiar: o povoado que congrega as moradias e os campos cultivados em torno. É o líder do povoado, que em geral foi o líder do grupo que migrou, que determinou a distribuição das parcelas de cultivo e os lotes de moradias.

Em geral a migração foi feita em grupo. Ou são famílias inteiras, ou são os chefes de família com seus filhos mais velhos que saíram em busca das terras que receberam os novos habitantes. Essas características foram freqüentemente confundidas com "agricultura itinerante" e serviram durante muito tempo (até hoje) para "exemplificar" "falta de amor à terra", "agricultura predatória", "ausência de técnicas" por parte do campesinato, no discurso oficial.

Os povoados serão a materialização no espaço de todas as formas de relações, denominadas por M. Bourin e R. Durand (Bourin, M. et Durand, R.: 1984) de "solidariedades", e freqüentemente o locus da resistência dos posseiros acudados pela violência da invasão de suas terras.

Remontando o trajeto migratório

Em janeiro de 1988 iniciei uma nova etapa de pesquisa, em busca de uma historia camponesa recente, ao remontar o trajeto migratório dos posseiros do Bico do Papagaio. Novas formas de luta e um novo universo de relações complexas me aguardavam.

A área de estudos situa-se no oeste do estado do Maranhão, o Vale do Pindaré. Nessa primeira etapa visitei Pindaré-Mirim e Santa Inês. O vale conhece uma violência muito grande a partir de meados dos anos 50, que se intensifica na década seguinte, sofrendo grandes transformações, que implicam no fracionamento do município de Pindaré-Mirim com a criação dos municípios de Santa Luzia, Santa Inês, Bom-Jardim. O aporte importante de populações oriundas de outras áreas do Maranhão e outros estados do Nordeste, expulsas pela valorização crescente das terras situadas

a leste e centro-norte do estado, de início segue o padrão original de ocupação.

Esse padrão era caracterizado pela importante presença de um campesinato que, no Maranhão, teve condições de desenvolvimento em virtude de fatores históricos precisos. Autores como A. Wagner e R. Maluf (Almeida, A. Wagner - 1983 e Maluf, R. S. - 1977) apontam para a importância do período da escravidão naquele estado. Aos quilombos comuns do período escravista, vieram somar-se outros bastante populosos em virtude do Maranhão ter sido palco da Balaiada. Isso significou a ocupação do interior da então província, por parte dos negros que formam comunidades e organizam a produção de cultivo para sua subsistência. Além disso, com a seca de 1877 emigram os nordestinos em massa para o Maranhão. Wagner assinala que os relatórios da época referem-se à criação de "núcleos de colonização" para receber esses migrantes, nos rios Mearim e Grajaú, bem como na Baixada Ocidental e Litoral, situados os últimos em extintos quilombos. Como na época da abolição não havia uma atividade agrícola baseada num produto suficientemente rentável, em termos comerciais como o café no Sudoeste do país, o Maranhão não pôde contar com o trabalho do imigrante para a manutenção das grandes propriedades. O racionamento das que existiam, foi inevitável. A baixa capitalização, obtida a partir da lavoura do algodão praticada nessas pequenas unidades, fez com que não houvesse uma ocupação mais efetiva do território maranhense. A oferta de terras devolutas permitiu, até há bem pouco tempo, a manutenção de um campesinato a partir das pequenas roças voltadas para a produção comercial do arroz. Expulsos das áreas onde a propriedade privada se instala, esses pequenos posseiros procuram novas áreas para ocuparem.

A partir dos anos 50 há um aumento do fluxo migratório oriundo do Nordeste para o Maranhão. Aliás, a rede rodoviária maranhense teve sua implantação iniciada na mesma época. Até 1955, o estado possuía apenas, a rodovia que ligava São Luís à Presidente Dutra, e o trecho que ia até Codó (ver mapa em anexo). Em Coroatá se encontravam os ramais de Bacabal que demandava o oeste, e o de Pedreiras em direção sudoeste. Ambas eram, então, áreas pioneiras. Na década de 60, completa-se a ligação da capital do estado com Terezina, com a construção da estrada que liga Timon a Codó, e amplia-se o ramal de Bacabal que atinge Bom-Jardim, para onde se dirigia a ocupação no Vale do Pindaré, e o ramal de Pedreiras que se estende até Esperantinópolis. As primeiras levas do período se fixam a partir de Bacabal, no Pindaré-Mirim, Santa Inês e Santa Luzia.

Nessa mesma época, meados de 1950, o Vale do Pindaré conhece a violência da luta pela terra, que se intensifica na década seguinte. E a construção das estradas não está alheia a essa intensificação, como aliás está bem expresso nos trechos da entrevista com um antigo morador de Santa Inês¹³:

"Santa Inês se desenvolve porque aqui é um entroncamento rodoviário. O comércio se desenvolveu por causa das estradas. Antes só se saía daqui de lancha ou lombo de animal (...) Com a estrada vêm os nordestinos, quem se aliou com eles sobreviveu. Eram proprietários de terra em Campina Grande, Sobral... Aqui viraram comerciantes no comecinho, era tudo aventureiro. Ficaram dono de tudo. Por essa época é que entrou X que foi assassinado bem na praça, tem já um ano. Por que mataram? Isso é briga lá deles. (...)"

Na luta pelo poder local, a "elite" do Pindaré-Mirim perde para os recém-chegados: perde o poder político, perde o monopólio do comércio e transporte do arroz produzido, perde vastas áreas com o fracionamento do território do antigo município. E o campesinato perde suas roças.

Os comerciantes tentarão impedir a construção das estradas: fazem gestões na capital do estado mas é uma batalha perdida. As firmas atacadistas tradicionais entram em falência. "Quem se aliou com eles (recém-chegados) sobreviveu", o que explica alianças políticas que têm lugar nos primeiros tempos. O campesinato buscará várias formas de luta. Em meados dos anos 60 há uma grande movimentação camponesa que culmina com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da área, em outubro de 1963. Essa organização era reflexo de um lado, de uma história de luta do camponês maranhense, que inicia sua organização a partir dos anos 50 com a criação das ATAMs (Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, não reconhecidas legalmente; no início de 1964 o número de associados em todo o estado chegava a trinta mil - Almeida, A. Wagner - op. cit.), e de outro pela exacerbação da violência por parte dos grileiros.

A repressão após 1964 foi violenta. Os que saíram da área nesse período que vai de 1964 até meados dos anos 70 referem-se aos fatos ligados a ela como "o massacre do Pindaré". Mas, suponho, que tenham havido vários "massacres". Manoel da Conceição, líder camponês da área, fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fala de massacre para

¹³ Idem realizada em Santa Inês, Janeiro 1988.

caracterizar o período do início dos anos 60 até 1968, quando as lutas custaram vidas, povoados inteiros foram ocupados e seus habitantes espancados, humilhados e presos. (Conceição, M: 1980). Nos arquivos do Bispado em Imperatriz, a menção ao "massacre" refere-se aos assassinatos, queima de casas, roças, prisão e tortura de posseiros¹⁴ ligados ao grande grilo da fictícia "fazenda Pindaré" (Asselin, V.: 1982). A interligação dessa área com Imperatriz é tão grande que boa parte dos pistoleiros de então (hoje alguns são deputados ou senadores constituintes) vinham de lá. Outros que cometeram arbitrariedades enormes por pertencerem ao aparato repressivo estadual, portanto legal, fizeram o caminho inverso: foram transferidos para Imperatriz.

Nesse primeiro trabalho de campo o que consegui recolher desse período foi apenas o medo. O Grande Medo de Lefebvre (Lefebvre, G.: 1979) me fez pensar que o que me cabe interpretar é antes o silêncio do que os fatos que o provocaram, na memória dos que ficaram. Um entrevistado perguntado sobre esse período respondeu: "O maranhense não vê, não ouve, não sabe. O maranhense trabalha. Eu sou maranhense".¹⁵ Os grileiros que desencadeiam a privatização da terra junto com seus bandos armados de jagunços vieram de outros estados. E até hoje a área é palco de expropriações violentas e brigas com assassinatos, agora também entre fazendeiros, os mesmos que anos atrás se uniram na luta contra os posseiros e suas organizações.

Os municípios do Vale receberam e continuam recebendo contingentes de migrantes. Os que vieram até há 20 anos atrás buscavam terras livres, as terras de mata virgem, oriundos do Nordeste ou de outras áreas maranhenses, principalmente do vale do Mearim. Hoje são os pequenos núcleos urbanos que começam a "inchar" com a chegada dos pobres do campo que, expulsos de áreas longínquas e do próprio vale, iniciam uma atividade pesqueira e preocupantemente predatória, no Rio Pindaré, como forma de sobrevivência.

Modernidade e Arcaísmo

A ocupação dessa área é antiga. Em 1849 instala-se a colônia de S. Pedro de Alcântara, hoje Pindaré-Mirim. De acordo com Regina Luna (Luna, R.: 1985), a cultura de cana e o fabrico do açúcar interessam ao governo do Império que inicia uma propaganda sobre as vantagens da

instalação de Engenhos Centrais. As condições naturais favoráveis - solos férteis, rio navegável todo o ano - fazem com que seja aí no Vale que se estabeleça o primeiro deles. Cria-se a "Companhia Progresso Agrícola" em 1880, no Vale Médio do Pindaré, que através do Engenho Central inaugurado no Pindaré-Mirim em 1884, controla toda a produção de cana da região.

Hoje, à beira do rio, restam apenas as ruínas de uma imponente construção de tijolos - não de adobe nem de taipa - cujas armações de ferro fundido foram trazidas da França, bem como o que restou das caldeiras. Construído pelos escravos, o engenho com sua imensa chaminé povoa as lendas de Pindaré-Mirim com Santa Inês, com estórias de túneis que levariam os escravos à liberdade, com relatos aterrorizantes de suplícios de outros que teriam sido jogados pela mesma chaminé adentro... Uma linha férrea ligava a usina ao que hoje é Santa Inês que por isso era chamada Ponta da Linha, e os canaviais cobriam toda a área em torno.

Como coloca Foot Hardman (Hardman, F.F.: 1988): "Da mesma forma que o despotismo esclarecido foi o modelo preferido de entrada dos países europeus economicamente mais atrasados na era do capital e das luzes, o Brasil também atualizava-se combinando rigidez burocrática do sistema político e violência extrema das formas de trabalho com plasticidade tradicional das práticas culturais." (Pág. 72). Assim também nos sertões do Maranhão há a instalação de uma moderna usina e de uma linha férrea com braço escravo.

Com a abolição da escravidão, a usina e os canaviais mudam sucessivamente de dono, mas os ex-escravos se espalham pela área rural próxima e passam a viver em comunidades constituindo as chamadas "terras de negro". E uma delas, em Ponta da Linha. Durante décadas esse campesinato viveu nas terras ocupadas, sem título de posse, produzindo primeiro cana, depois arroz, participando do circuito comercial, conservando traços culturais específicos.

A atuação posterior do Estado tanto na esfera federal quanto na dos governos maranhenses, terá como resultado a apropriação privada da terra, com seu corolário: a expropriação dos antigos ocupantes camponeses. Em 1966 e criada a Sudam, pela lei nº 5173, favorecendo a instalação de grandes projetos agropecuários. Por sua posição, o Maranhão está na área de incentivos também da Sudene. A proximidade com os mercados nordestinos onde, segundo a propaganda da Sudam, a produção era menor que as necessidades de consumo, a presença de portos como o de São Luís e o de Belém são atrativos para o estabelecimento das empresas agropecuárias. A existência de um grande volume de terras devolutas

propiciará uma política de incentivos fiscais e estímulos para atrair capitais para a área. A propaganda do governo maranhense nos órgãos de imprensa do Centro-Sul mostram o Maranhão como um "estado viável". Dos projetos aprovados pela Sudam desde sua criação até 1985, onze situam-se em Santa Inês, quatro em Santa Luzia e apenas três no Pindaré-Mirim.

A criação das Delegacias de Terras pelo governo estadual, pelo decreto 3831 em dezembro de 1968, visava oficialmente disciplinar a ocupação e titular as áreas de terras devolutas existentes no estado, e o decreto 4028 de novembro do ano seguinte, ao criar a Procuradoria Geral do Estado como órgão de maior autoridade sobre matéria fundiária, são indícios do agravamento dos problemas criados pela disputa das chamadas terras livres do Maranhão.

Em 1971 foi criada a Companhia Maranhense de Colonização - Comarco - pela lei estadual nº 3230, no ano seguinte estruturada sob a forma de sociedade anônima de economia mista. O Estado incorporou ao patrimônio da Comarco uma área de terras localizada no centro-oeste do Maranhão, englobando Pindaré-Mirim, Santa Inês e Santa Luzia entre outros municípios. A atuação da Comarco foi nefasta. A grilagem se institucionaliza, agravada pela construção no início dos anos 70 da estrada que liga Santa Inês à Açailândia, esta última na margem da Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz. O "Jornal do Brasil" de 07/12/1975, sob o título "Maranhão tem 6 milhões de ha sem título legal", afirma:

"A área grilada do Maranhão se estende pelos municípios de Imperatriz, João Lisboa, Amarante do Maranhão, Parle de Grajaú ao Sul, e Monção Santa Luzia, Altamira, Vitorino Freire ao Nordeste e mais o município de Carutapera no Extremo Noroeste do Estado. Esses grilos começaram a surgir depois da construção da estrada Belém-Brasília e da abertura pelo governador José Sarney da estrada Santa Inês-Açailândia. Os grileiros atraíram para essa área vários empresários do Sul do país (...). O governo do Estado através da Comarco também resolveu vender terras a grandes grupos e há diversas pessoas que não receberam sequer os certificados da localização dos terrenos que compraram (...)".

O jornal "O Estado de S. Paulo", de 03/07/1976, também denuncia a Comarco por promover grilagens nas áreas sob sua jurisdição, apontando para a expropriação de que foram vítimas os pequenos posseiros. O resultado da política fundiária oficial sobre a população camponesa fica claro quando consultamos os dados sobre população nos Censos

Demográficos ou no Atlas do Estado do Maranhão, ambos do FIBGE. Nesse Atlas encontramos na região que vai do Bacabal até o Pindaré-Mirim, a informação de que houve, em 1980, ou uma diminuição contínua da população, ou que o crescimento sofreu uma queda no ritmo comparado com o período que vai de 1960 a 1970.

A ação modernizadora do Estado reveste-se de uma aparente dicotomia. De um lado, ao abrir as estradas incentivando a privatização das terras pela grande valorização que estas sofrem, favorece a instalação das grandes unidades produtivas. E os grandes proprietários vão preferir as áreas "amansadas" para ocuparem, isto é, as que já estão desmatadas pelos pequenos posseiros (Sader, M.R.: 1987). A Sudam introduz toda uma política de incentivos fiscais para possibilitar a modernização do campo. Por outro lado, a Sudene no Alto Turi e o governo estadual no Buriticupu, ambos na área de estudos, iniciaram há tempos a ocupação da área por pequenos produtores. No Buriticupu essa ocupação foi planejada junto com a de grandes projetos (para se ter uma idéia do "sucesso" da ação do estado maranhense basta ver a extrema violência que explodiu nesse mês de outubro de 1988, relatada n' "O Estado de S. Paulo" de 02/10/88, p. 25 e na Revista "Isto É/Senhor" n° 99 de 12/10/88, ps. 45 a 52). Atualmente em Bom-Jardim, a Emater está buscando introduzir alteração da base técnica de produção junto aos pequenos posseiros, buscando organizá-los em cooperativas.

Aparentemente são estratégias espaciais modernizadoras conflitantes. Em ambas coexistem modernidade e arcaísmo, pois, se o moderno é representado pela presença dos grandes projetos, entre outras coisas, o método de implantação utilizado é arcaico: bandos de jagunços e pistoleiros mobilizados para a expulsão dos posseiros, grilagem das terras, e transformação do lavrador livre em parceiro. Nas áreas de implantação das pequenas unidades familiares, aparecem junto as grandes fazendas que em determinadas épocas poderão necessitar de mão-de-obra numerosa, seguindo o padrão do latifúndio nordestino ou do vale do Paraíba cafeeiro, por exemplo.

Agora, atravessada pela ferrovia Itaqui-Carajás que liga o moderno complexo de mineração de Carajás a São Luís, incluída dentro do "Grande Carajás", chegou a hora da expulsão dos pequenos meeiros que ficaram nas áreas griladas, produzindo arroz, desmatando glebas e plantando capim para o gado do grande proprietário. É possível que nesse programado corredor de exportação haja a constituição de um desenvolvimento rural integrado, onde a racionalidade técnica não exclua a pequena propriedade modernizada, produzindo para a agroindústria, e portanto submetida pelos mecanismos de crédito do Estado, ao capital financeiro internacional, via

Banco Mundial e outras agências. A outra possibilidade é o prevalecimento da lógica privada incentivada pelo aumento do preço da terra, não permitindo a presença de um campesinato moderno ou tradicional. No momento, a população camponesa que permaneceu foi obrigada a alterar profundamente sua forma de reprodução enquanto grupo social e, sobretudo, a produção do espaço que lhe é própria.

Os dois núcleos urbanos - Pindaré-Mirim e Santa Inês - hoje estão bem próximos, apenas 13 km os separam. Justamente na porção norte do atual núcleo de Santa Inês, na saída para o Pindaré-Mirim, localizou-se a comunidade negra que, apesar de perder suas terras no final de 1950 e início da década seguinte, permaneceu no mesmo local do antigo povoado, constituindo um bairro negro bem definido no tecido urbano. Como meeiros pagando foro no início, nas terras que antes lhes pertenciam, os membros dessa comunidade aos poucos começam a ocupar o chamado terciário inferior, mas sempre buscando manter sua identidade.

Mas o fato importante, que cabe relatar, é que essa identidade e coesão passam pela noção da existência da terra da comunidade, não mais no plano concreto, mas no plano do imaginário do grupo, mantido por práticas culturais específicas: Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula, Tambor do Divino, Dança da Poeira. Longe de serem "danças folclóricas", são rituais vivos que remetem o grupo a um tempo específico: o tempo ritual.

Assim como a modernidade e o arcaísmo convivem na estratégia espacial de valorização da área, o tempo ritual une presente e passado numa continuidade, no esforço - em alguns, consciente - de preservação da dignidade. Polanyi (Polanyi, K.: 1980) escreve, referindo-as às leis de controle de trabalho na Inglaterra na Revolução Industrial: "Enquanto um homem tinha uma posição à qual se apegar, um padrão estabelecido por seus parentes ou companheiros, ele podia lutar por eles e readquirir sua alma." (p. 106). Nesse sentido, penso, vai a vitalidade dessa cultura negra, pois é sintomático que cada estrofe do Bumba-meu-boi de Santa Inês comece pelas palavras "no terreiro do Lobato", Lobato, o velho negro que perdeu suas terras junto com sua comunidade, e que continua sendo o líder do grupo.

Enquanto não descubro interlocutores dispostos a testemunharem - e é possível que não o possa - cabe-me somente interpretar as práticas rituais e o cancionário desse campesinato, cuja luta contra a expropriação situa-se também nesse espaço do imaginário. Expropriação é sinônimo de migração para boa parte dele. E migração remete para desenraizamento. Se migrar é, como diz Blanchot, citado mais atrás, a possibilidade de uma relação de justiça, é também o risco da perda de identidade. Diz Simone

Weil (Weil, S.: 1979): "O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana (...). O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro." É também uma forma de resistência...

Bibliografia

- ALMEIDA, A. Wagner — *Autonomia e Mobilização Política dos Camponeses no Maranhão*, CPT, São Luís, 1981.
- ASSELIN, Victor - *Grilagem — Corrupção e Violência em Terras do Carajás*, Vozes, Petrópolis, 1982.
- BLANCHOT, Maurice - *L'entretien infini*, Gallimard, Paris, 1969.
- BOURIN, M et DURAND, R. - *Vivre au village au Moyen-Age*, Messidor, Paris, 1984.
- CONCEIÇÃO, Manoel - *Essa Terra é Nossa*. Vozes, Petrópolis, 1980.
- HARDMAN, Francisco Foot - *Trem Fantasma - A Modernidade na Selva*. Companhia das Letras, SP, 1988.
- LEFEBVRE, Georges - *O Grande Medo de 1789*, Ed. Campus, Rio, 1979.
- LUNA, Regina Celi Miranda Reis - *A Terra era Liberta*, UFMA/Secr. Educação do MA., 1984.
- MALUF, R.S. - *A expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão*, Tese, UNICAMP, Campinas, 1977.
- POLANYI, K. - *A Grande Transformação*, Campus, Rio, 1980.
- SADER, M. Regina de Toledo - *Espaço e Luta no Bico do Papagaio* - Tese, USP, 1987.
- WEIL, Simone - *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* - Paz e Terra, Rio, 1979.